

Credor diz que não haverá acordo sem pagamento

Silvio Ferraz
Correspondente

WASHINGTON — “O governo brasileiro não escapará de um pagamento simbólico de uns 500 milhões de dólares até o final do ano para conseguir restabelecer o diálogo com a comunidade financeira internacional”, revelou ao JORNAL DO BRASIL um importante banqueiro operando nos mercados americano e europeu. Referindo-se ao esquema do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, de emitir bônus de saída a serem negociados “voluntariamente” com os bancos credores em troca da redução da dívida externa brasileira, previu o mesmo fracasso da experiência argentina quando propuseram esta alternativa. “Esse tipo de bônus só funciona com a garantia dos países. Qual dos governos está disposto a bancar esta dívida?”

Para ele, Bresser chegou para a conversa com o secretário do Tesouro americano, James Baker III, trazendo debaixo do braço uma proposta não merecedora sequer de consideração. “Foi um balão de ensaio mal ensaiado”, comentou. “Como julgar viável a assimilação pelos banqueiros de um prejuízo de 23 bilhões de dólares?” A imprensa americana deu grande destaque ao recuo de Bresser Pereira. Tanto o *Wall Street Journal* como o *New York Times* noticiaram até mesmo a necessidade de o Tesouro divulgar uma nota considerada dura para mostrar o verdadeiro resultado do encontro Bresser-Baker: “Houve um acordo de que o problema brasileiro será resolvido pelo esquema tradicional.” Com isso, as autoridades americanas quiseram evitar que o ministro brasileiro continuasse a discursar como se nada tivesse acontecido.

Jogo pesado — “Baker jamais se mostrou contrário à não participação do Fundo Monetário Internacional nas negociações entre o governo brasileiro e os bancos e tampouco jamais foi contra a que o Brasil lutasse por conseguir um *spread* zero. Portanto, isso não pode ser apresentado pelo ministro brasileiro como conquistas”, rebateu uma alta fonte financeira de Washington. Bresser, ao sair do encontro com o secretário do Tesouro americano, disse ao JORNAL DO BRASIL ter recuado em sua proposta de emitir bônus de saída compulsórios em troca da adesão de Baker a um acordo com os bancos sem o FMI.

Entre os banqueiros, a movimentação continua sendo grande, sobretudo diante da possibilidade de o governo argentino ser obrigado a pedir uma moratória semelhante à brasileira. De outro lado, o panorama brasileiro indica que cada 100 dólares emprestados pelos bancos ao Brasil estão valendo cerca de 50 dólares nas cotações mais otimistas do mercado financeiro. “Os bancos se preparam para prejuízos de até 25%. Uma perda de 50% trará implicações para os seus lucros”, afirmou o economista David Jones, da Hubrey Lamston, de Wall Street, ao JORNAL DO BRASIL. Jones não se mostra totalmente pessimista em relação aos bônus, mas só considera viável sua aceitação pelos bancos desde que garantidos por um dos governos dos países credores ou do Fundo Monetário Internacional.

Para o governo brasileiro o que está em jogo agora é a possível “desclassificação” do Brasil como devedor pelas autoridades reguladoras americanas. Contrariamente ao que Bresser afirmou, este perigo não está afastado. Se isso ocorrer, os bancos credores serão obrigados a provisionar recursos específicos para cobrir os prejuízos resultantes das operações com o Brasil. “Se isso é ruim para os bancos, é péssimo para o Brasil”, comentou um banqueiro. E explicou: “Os bancos serão obrigados a contabilizar estas provisões fora de seu capital. Em contrapartida, até mesmo as empresas brasileiras terão um caminho extremamente difícil para conseguir novos financiamentos no mercado internacional.” Revelou ser este o caso de uma grande empresa brasileira, atualmente desenvolvendo um projeto de 1 bilhão de dólares, e que não está conseguindo empréstimos para financiar cerca de 60 milhões de dólares. “Isso é lamentável”, frisou.

Só com garantia — Há consenso nos meios financeiros americanos e ingleses de que os bônus de saída propostos por Bresser não terão combustível nem para correr na pista quanto mais para a decolagem. “Quem trocaria 1 dólar por 60 centavos?” — perguntou um banqueiro. “É isso que o Bresser pensa que nós faríamos”, desabafou. Outro afirmou: “O ministro brasileiro está incorrendo em dois erros. O primeiro é pensar que os papéis brasileiros estão sendo vendidos com um deságio de 55%. Ontem, em Londres, foram feitas dezenas de ofertas a 40% sem interessados. Nosso banco fechou uma operação a 36% e assim mesmo porque era pequena”, contou. Para ele, o segundo erro seria pensar que os banqueiros aceitariam “bônus” como um novo nome de batismo para calote.

As soluções à vista para o confronto entre os bancos e o Brasil, na opinião de especialistas, confirma a informação prestada oficialmente pelo Tesouro americano — “O problema terá que ser tratado pelos meios convencionais”. Assim, o Brasil acertaria com as autoridades americanas um gesto para evitar a sua desclassificação: ou um pagamento simbólico ou uma reunião formal com banqueiros, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial.

□ BUENOS AIRES — No seu primeiro pronunciamento público depois da eleição de domingo, num encontro com empresários, o presidente argentino Raúl Alfonsín anunciou que seu governo não aplicará as “ceitas ridículas” do Fundo Monetário Internacional e resolveu iniciar uma campanha diplomática para congelar “a níveis históricos” os juros da dívida externa argentina, de 53 bilhões de dólares.

Apesar da dureza da condenação aos credores internacionais, Alfonsín disse que o “povo argentino não quer um salto no vazio”, uma referência à moratória temporária proposta pelos peronistas. Segundo ele, os argentinos querem um governo que defenda seus interesses, que reivindique o prestígio que tem nos foros internacionais.